

Aluísio

Oposição propõe sua reforma democrática

(Até o voto eletrônico assustou os líderes oposicionistas)

BRASÍLIA — As oposições, por intermédio do líder do PMDB, deputado Odacir Klein (RS), apresentaram na sessão de ontem da Câmara o seu "pacote eleitoral", na forma de três projetos-de-lei revogando a inelegibilidade dos punidos revolucionariamente, afastando a possibilidade de votação por meios mecânicos ou eletrônicos, prevendo as coligações partidárias, desvinculando os votos, mantendo a obrigatoriedade do voto e disciplinando a propaganda gratuita dos partidos nas emissoras de rádio e televisão.



Odacir Klein propôs a reforma

As proposições, assinadas por presidentes e líderes de todos os partidos da Oposição, inclusive por senadores, constituem uma espécie de resposta às alterações já anunciadas pelo Governo na legislação eleitoral e às outras ainda em estudos, entre as quais se inclui ao menos a que trata de propaganda eleitoral, hoje disciplinada pela chamada "Lei Falcão".

A menor delas, de apenas quatro linhas, é a que se refere às inelegibilidades. Ela simplesmente revoga os dispositivos da Lei Complementar número 5, de abril de 1970, que declaram inelegíveis as pessoas punidas por atos revolucionários. Para os juristas da Oposição, esses dispositivos já estão implicitamente revogados pela Lei da Anistia, mas os partidos oposicionistas preferiram tornar expressa a revogação para afastar quaisquer dúvidas.

Os outros dois projetos são extensos e pormenorizados. Um altera vários dispositivos do Código Eleitoral e da Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Começa por estabelecer como devem ser as "cédulas oficiais" de votação, o que implicitamente rejeita os estudos que o Ministério da Justiça anuncia para adotar meios mecânicos ou eletrônicos de votação e apuração. Nessa cédula, o eleitor assinalará com uma cruz os nomes dos candidatos de sua preferência para os cargos majoritários (governador, senador e prefeito, com os respectivos vices) e escreverá os nomes, prenomes ou os números dos candidatos de sua preferência a vereador, deputado estadual e deputado federal. Como não se estabelece a obrigatoriedade de se votar em candidatos do mesmo partido, ficaria extinta também a vinculação hoje existente entre deputados federais e estaduais.

Tanto na eleição proporcional quanto na eleição majoritária, o eleitor poderá indicar apenas a sigla partidária, entendendo-se então que no último caso ele votou em todos os candidatos e, no primeiro caso, na legenda. "Há hipótese de coligação partidária — diz ainda o projeto — é ilícita a indicação do nome ou da sigla de qualquer dos partidos coligados."

Fica, assim, expressamente prevista a coligação. Mais adiante, o projeto isenta de multa os que, à ele sujeitos, se inscrevem como eleitor dentro do prazo de alistamento para as eleições de 1982 — o que implica tomada de posição pela manutenção da obrigatoriedade do voto. E por último estabelece prazo mínimo de seis meses de filiação partidária para quem disputar as eleições.

A propaganda eleitoral é minuciosamente regulamentada pelo outro projeto. Só será permitida após a escolha dos candidatos pelas convenções realizadas sob a responsabilidade dos partidos e por eles paga. Os partidos poderão utilizar alto-falantes para transmissão de comícios em recinto aberto e a realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto, independentemente de licença da Polícia. A propaganda eleitoral gratuita, no rádio e em televisão, se realizará nos 80 dias anteriores à véspera do pleito. Será de duas horas diárias (uma à tarde, outra à noite), nos primeiros 30 dias e de duas horas e meia nos 30 restantes, sendo o tempo dividido, igualmente, entre os partidos. E dela participarão, apenas, os representantes dos partidos devidamente credenciados. Ficará proibida a divulgação de prévias ou festas pre-eleitorais nos 60 dias que antecedem o pleito. Também ficará proibida, nesse período, a divulgação de obras e realizações públicas.

Deputado do PP quer a sublegenda no Rio

Falando ontem da Tribuna da Assembleia Legislativa, o deputado João Batista Lubango, admitiu que o PP deve ocupar as sublegendas a nível de governador nas próximas eleições, caso elas sejam mesmo instituídas, e disse que o nome do engenheiro Emílio Ibrahim — secretário de Obras — é dos melhores para preencher uma das três sublegendas que o Governo anuncia que irá implantar.

João Batista Lubango disse que pessoal e doutrinariamente é contrário à instituição das sublegendas pois estas "descaracterizam e pulverizam" os partidos políticos. Segundo o deputado, não se justifica a adoção de sublegendas num regime pluripartidário.

— Porém — observou o deputado do PP — nosso partido não poderá partir para uma eleição em que provavelmente todos os concorrentes se valerão das sublegendas, sem fazer uso deste instrumento. Seria falta de senso político. Diante do fato consumado e já que será mesmo adotada, o PP não poderá ficar sem utilizá-la.

Por isso o deputado lembrou o nome do secretário de Obras do Estado, Emílio Ibrahim, para preencher uma das três sublegendas do Partido Popular nas eleições para o Governo em 82:

— O engenheiro Emílio Ibrahim é um homem capaz e que está perfeitamente integrado no Governo. E, apesar de ele nem estar filiado ao PP, considere-o um dos melhores nomes para esta campanha.

PMDB discute Sandra

A Executiva Regional do PMDB se reúne hoje no gabinete da liderança na Assembleia Legislativa e — apesar de não estar em pauta — o assunto Sandra Cavalcanti deverá dominar a reunião. O deputado Alves de Brito, um dos que defende a entrada da ex-deputada no partido, acha que a questão será "inevitavelmente levantada".

O PMDB no momento está dividido: na primeira corrente tem se destacado o deputado Alves de Brito — reiteradamente a favor de uma sublegenda para a ex-deputada —, o deputado federal Edson Khair — que vai processar Ranget Bândeira e acusou Raphael de Almeida Magalhães de fascista — e ainda o senador Roberto Saturnino, mesmo não tendo se pronunciado oficialmente a respeito.

Contra a entrada da presidenta do PDR se batem grande número de integrantes do partido, "liderados" pelo presidente em exercício Raphael de Almeida Magalhães, que aprovou para desforrar-se da ex-deputada alguns anos depois. Também o deputado Raimundo de Oliveira já declarou que "o lugar de Sandra Cavalcanti é no PDS".

Parece, entretanto, lembrou Alves de Brito, que o próprio partido está saindo desgastado nesta questão, principalmente pelo fato de Sandra Cavalcanti não ter pedido seu ingresso no PMDB e também porque "a política do veto é odienta".

— A política de veto coloca o PMDB numa posição muito ruim perante a sociedade. Eu fiquei profundamente chocado e acho que esses companheiros devem se penitenciar diante do erro cometido — disse Alves de Brito.

Ele acha que saiu "vitorioso" na questão, pois, segundo seu entender, a maioria dos parlamentares se conscientizou de que a política de veto qualquer integrante para o partido é desgastante e desfavorável. "Essa palavra eu ganho" — afirmou o deputado Alves de Brito.

PDS já não sabe o que dizer disso tudo

BRASÍLIA — "Quem é que sabe? Só o Presidente da República pode dizer" foi a resposta dada ontem pelo líder do Governo em exercício, deputado Hugo Mardini, à indagação dos repórteres sobre se virão novas propostas de alteração na lei eleitoral, fora as anunciadas segunda-feira pelo ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel.

Por sua vez, outro vice-líder do PDS, deputado Claudino Sales, defendeu a permissão de coalizões partidárias e desvinculação total de votos ("pelo meu gosto não haveria vinculação nem entre deputado federal e estadual"), embora afirmando que votará com a decisão do partido: "nesse caso, engulo minhas convicções e voto com a bancada".

Mardini não viu nada demais na mudança de opinião do Presidente João Figueiredo que vai propor a sublegenda para a eleição de governador, quando a condenava publicamente até bem pouco tempo.

"O político precisa, antes de mais nada, ser pragmático. O chefe do Governo sabe que, sem esse dispositivo, não se harmonizarão alas antagônicas e inconciliáveis no PDS. A Oposi-

ção, também. Tanto assim que o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, não excluiu a possibilidade de recorrer à sublegenda, que condena. Os oposicionistas querem fazer o mesmo que fizeram com a prorrogação de mandatos municipais, que combateram como imoral e de que estão se beneficiando". Para o deputado gaúcho, "a sublegenda é decisão política. O Congresso vai aprová-la ou rejeitá-la".

Mardini não crê em que haja muitos deputados de seu partido contra a inovação: "se a maioria se manifestar a favor da sublegenda, eles, como bons democratas, aceitarão sua decisão".

Quanto às propostas de alteração da Lei Eleitoral da Oposição, disse Mardini: "a Oposição com isso se declara insatisfeita com as reformas do Governo e anuncia a sua. É provável que outros parlamentares passem a apresentar outros projetos. 1981 será o ano legislativo por excelência. Quem tiver projetos, vai apresentá-los. 1982 será o ano eleitoral. Quem tiver votos, deve trazê-los, senão será, apenas, ex-deputado".